

# Delineamento Sobre O Proeja Em Relação Aos Avanços Em Políticas Públicas De Educação Profissional E Tecnológica

Juliane Rodrigues<sup>1</sup>, Aguinaldo Pereira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>(Discente do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. IFRO - Campus Avançado São Miguel do Guaporé/ Brazil) <sup>2</sup>(Professor Orientador do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – IFRO - Campus Avançado São Miguel do Guaporé/ Brazil)

---

**Resumo:** Este artigo busca fazer um delineamento sobre a importância das políticas públicas com foco no PROEJA, relacionado a Educação Profissional e Tecnológica. Nesse intuito, buscamos ao longo do trabalho apresentar o contexto histórico das políticas públicas de educação, discutir os avanços da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, destacando a importância do PROEJA para a educação continuada dos docentes. A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho foi a de revisão da literatura, onde foram usadas técnicas de coleta de dados também qualitativas. De acordo com estudiosos da área, tal método de pesquisa não enumera ou mede eventos, serve, no entanto, para obtenção de dados descritivos (MARCONI; LAKATOS, 2003)<sup>1</sup>. Foram utilizadas as bases de dados científicas como Google acadêmico, Scielo e periódicos Capes. As palavras-chave utilizadas na pesquisa foram: PROEJA, políticas públicas e educação continuada. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a reflexão crítica do quadro histórico, social e político da atuação docente no PROEJA, e com a ampliação do conhecimento e da qualificação desses profissionais, colaborando com futuras pesquisas na área.

**Palavras-chave:** Proeja; Políticas Públicas de Educação; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Continuada.

---

Date of Submission: 06-08-2023

Date of Acceptance: 16-08-2023

---

## I. Introdução

A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade e na preparação dos indivíduos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Nesse contexto, a educação profissional e tecnológica tem ganhado destaque como um componente essencial na formação de mão de obra qualificada e na promoção do progresso socioeconômico de um país. As políticas públicas desempenham um papel crucial na orientação e no direcionamento dessas iniciativas, garantindo que a educação profissional e tecnológica esteja alinhada às necessidades do mercado de trabalho e às demandas da sociedade.

As políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem sido considerada estratégica para os processos de inclusão social e de desenvolvimento científico e tecnológico do país, tanto nas economias desenvolvidas como nos países emergentes. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, devido aos constantes avanços científicos e tecnológicos, tornam cada vez mais prementes as exigências de elevação dos níveis de escolaridade e de qualificação profissional (LIMA, 2013)<sup>2</sup>.

Diante desse quadro, o Estado tem o importante papel de formular e implantar políticas públicas voltadas à ampliação das oportunidades de acesso à educação e ao trabalho, de modo a impulsionar os processos de inovação tecnológica, favorecer o aumento de produtividade da economia, bem como propiciar melhores condições de inserção ocupacional e de remuneração do trabalho.

De acordo com Santos (2010)<sup>3</sup> as políticas públicas são um conjunto de ações criadas pelo estado, em prol da sociedade ou segmentos dela, que promovam impactos diretos nos direitos e deveres desse público. Dentro deste contexto, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) é um programa governamental que oferta educação profissional integrada ao ensino médio para jovens e adultos que não conseguiram concluir a Educação Básica na idade considerada “regular”, criado mediante iniciativa do Governo em atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional de nível médio e de inserção no mundo do trabalho.

## **II. Metodologia de Estudo**

A metodologia de pesquisa utilizada em nosso trabalho foi o de revisão da literatura, onde foram usadas técnicas de coleta de dados qualitativas. De acordo com muitos estudiosos da área, pesquisas dessa natureza não enumeram ou medem eventos, serve, no entanto, para obtenção de dados descritivos (MARCONI; LAKATOS, 2003)<sup>1</sup>.

Foram incluídos artigos publicados dos últimos 10 anos (2013 -2023) disponíveis na íntegra em banco de dados online. Esse período foi determinado a fim de garantir a atualidade das políticas públicas investigadas. Além disso, os idiomas relevantes para a pesquisa foram restritos aos estudos em inglês e português. Excluímos artigos publicados fora do período selecionado, em outros idiomas, além das pré-determinadas, artigos duplicados e que não estivesse relacionado a temática selecionada na íntegra.

Foi realizado uma busca em bases de dados científicas como Google acadêmico, *Scielo* e periódicos Capes. As palavras-chave utilizadas na pesquisa foram: PROEJA, políticas públicas e educação continuada. Além disso, foi consultado bibliotecas virtuais, repositórios institucionais, sites de agências governamentais e organizações internacionais relevantes na área.

A seleção dos artigos foi feita através dos cruzamentos dos descritores citados, procedendo então com a leitura do título, resumo dos artigos e por fim, leitura do texto integral das publicações. Aquelas que respondiam aos objetivos da pesquisa e aos critérios de seleção foram incluídas para composição do trabalho. Aqueles que não estavam diretamente relacionados ao tema da pesquisa ou não atendiam aos critérios de inclusão estabelecidos foram excluídos.

Para realização da análise e síntese dos dados foi extraído as informações relevantes dos estudos/documentos selecionados. Foram identificadas as políticas públicas abordadas em cada fonte, bem como suas estratégias, diretrizes e resultados. Esses dados foram organizados em categorias temáticas, a fim de facilitar a análise comparativa e a identificação de padrões e tendências.

Embora o intuito desse estudo foi realizar uma abordagem abrangente na busca por fontes de informação, é possível que alguns estudos relevantes sejam inadvertidamente omitidos. Além disso, a análise e síntese dos dados estão sujeitas à subjetividade dos pesquisadores, apesar dos esforços para garantir rigor e objetividade. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a reflexão crítica do quadro histórico, social e político da atuação docente no PROEJA, e com a ampliação do conhecimento e da qualificação desses profissionais, colaborando com futuras pesquisas na área.

## **III. REFERÊNCIAL TEÓRICO**

### **Contexto histórico das políticas públicas de educação**

As políticas públicas de educação têm sido um reflexo das mudanças sociais, políticas e econômicas ao longo da história. Desde os primórdios das sociedades humanas até os dias atuais, a educação tem desempenhado um papel fundamental na formação de indivíduos e no desenvolvimento das nações. A compreensão do contexto histórico dessas políticas é fundamental para analisar sua evolução ao longo do tempo e entender os desafios e conquistas enfrentados até os dias atuais (ARROYO, 2005)<sup>4</sup>.

Na Antiguidade, a educação estava intrinsecamente relacionada às sociedades gregas e romanas. As cidades-estados valorizavam a educação como meio de formar cidadãos virtuosos e participativos na vida pública. Platão e Aristóteles, por exemplo, defenderam a educação como um meio de desenvolver as potencialidades individuais e da sociedade como um todo. Pensadores como John Locke e Jean-Jacques Rousseau defendiam a ideia de uma educação universal como direito fundamental do ser humano (PAIVA, 2000)<sup>5</sup>.

Durante a Idade Média, a educação esteve principalmente sob a influência da Igreja Católica. A educação monástica e nas catedrais desempenhou um papel importante na preservação do conhecimento clássico e na transmissão de valores religiosos. Com o Renascimento, houve um ressurgimento do interesse pelas artes, ciências e humanidades. A educação tornou-se um símbolo de status social e acesso ao conhecimento tornou-se mais disseminado entre as elites. Grandes pensadores como Erasmo de Rotterdam defenderam uma educação humanista centrada no desenvolvimento pleno do indivíduo (DI PIERRO, 2006)<sup>6</sup>.

O Iluminismo trouxe ideias progressistas para a educação, enfatizando o poder da razão e do pensamento crítico. Filósofos como Rousseau destacaram a importância da educação para a formação de cidadãos responsáveis e participativos em sociedades democráticas. Nos séculos XIX e XX, a industrialização e o surgimento do Estado moderno impulsionaram a expansão do ensino público. Muitos países estabeleceram sistemas de educação pública obrigatória e gratuita para atender às demandas de mão-de-obra qualificada e promover a coesão social. No século XIX, com o advento da Revolução Industrial, a demanda por mão de obra qualificada aumentou consideravelmente. Nesse contexto, surgiram as primeiras políticas públicas de educação voltadas para a formação profissional e técnica. Países como Alemanha e França foram pioneiros nesse sentido, estabelecendo escolas técnicas e profissionalizantes para atender às necessidades da indústria (ARROYO, 2005)<sup>4</sup>.

Durante o século XX, surgiram abordagens pedagógicas inovadoras, como a Escola Nova, que enfatizava a educação ativa, a participação do aluno e a liberdade de expressão. Movimentos como a Educação Popular,

impulsionada por Paulo Freire, buscaram combater o analfabetismo e promover a conscientização e a transformação social. No século XX, com o surgimento do Estado de Bem-Estar Social, a educação passou a ser encarada como um direito universal e uma responsabilidade do Estado. Esforços foram feitos para expandir o acesso à educação básica, garantindo a escolarização obrigatória e gratuita em muitos países. Paralelamente, começaram a surgir políticas públicas voltadas para a educação superior, visando a formação de profissionais altamente qualificados (AZEVEDO, 1996)<sup>7</sup>.

A partir da segunda metade do século XX, a educação passou a ser reconhecida como um fator crucial para o desenvolvimento socioeconômico. Políticas públicas de educação foram implementadas em diversos países, buscando fortalecer o sistema educacional, promover a equidade no acesso e melhorar a qualidade da educação oferecida. A expansão da educação profissional e tecnológica também ganhou destaque nesse período, visando preparar os indivíduos para um mercado de trabalho em constante evolução (BRASIL, 2011)<sup>8</sup>.

No século XXI, as políticas públicas de educação têm sido moldadas por novas tendências e desafios. A inclusão tornou-se uma prioridade, buscando garantir que todos os grupos sociais, incluindo minorias étnicas, pessoas com deficiência e refugiados, tenham acesso a uma educação de qualidade. A tecnologia desempenha um papel cada vez mais importante na educação, permitindo o acesso ao conhecimento global e criando formas de aprendizado. Plataformas de ensino à distância, recursos educacionais digitais e a integração da tecnologia em sala de aula têm transformado a forma como os estudantes aprendem e interagem (SOARES, 2005)<sup>9</sup>.

O contexto histórico das políticas públicas de educação demonstra a evolução da sociedade e a valorização crescente da educação como um meio de transformação social e desenvolvimento humano. Desde as sociedades clássicas até os dias atuais, a busca pela educação tem sido uma constante, e as políticas públicas têm se adaptado para atender às demandas de cada época. A luta pela inclusão, acesso igualitário ao conhecimento e a integração da tecnologia representam os desafios e oportunidades atuais para a construção de uma educação mais abrangente, relevante e transformadora (DI PIERRO, 2006)<sup>6</sup>.

Atualmente, as políticas públicas de educação estão cada vez mais voltadas para o desenvolvimento de uma educação inclusiva, inovadora e orientada para o mercado de trabalho. A formação de parcerias entre instituições educacionais, empresas e comunidades tem sido uma tendência importante, visando promover a integração entre teoria e prática, e preparar os estudantes para os desafios do mundo profissional. No entanto, apesar dos avanços conquistados ao longo da história, muitos desafios ainda persistem. A falta de recursos financeiros, a desigualdade de acesso à educação, a formação adequada dos professores e a necessidade de atualização constante dos currículos são questões que demandam atenção contínua por parte das políticas públicas (BRASIL, 2011)<sup>8</sup>.

### **Trabalho, educação e tecnologia nos movimentos sociais**

A interconexão entre trabalho, educação e tecnologia tem sido um fator fundamental para a evolução dos movimentos sociais nas últimas décadas. Em um mundo cada vez mais globalizado e impulsionado por avanços tecnológicos, esses elementos têm desempenhado papéis cruciais na promoção da conscientização, organização e mobilização das comunidades em prol de mudanças sociais significativas (SANTOS, 2010)<sup>3</sup>.

O trabalho desempenha um papel duplo nos movimentos sociais. Por um lado, a luta por melhores condições de trabalho e direitos laborais é uma das principais questões enfrentadas por muitos movimentos sociais. Eles buscam combater a exploração e a desigualdade, bem como exigir salários justos e condições de trabalho seguras. Por outro lado, o trabalho voluntário e o ativismo são elementos essenciais para o funcionamento e o sucesso dos movimentos sociais. Pessoas que se engajam ativamente em suas comunidades, doando seu tempo e energia para causas que consideram importantes, são fundamentais para a promoção da mudança social (SAVIANI, 2009)<sup>10</sup>.

A educação é uma ferramenta poderosa para o empoderamento e a conscientização nas lutas sociais. Movimentos sociais têm buscado disseminar informações, compartilhar histórias e proporcionar educação contextualizada sobre questões sociais, econômicas e políticas que afetam as comunidades (SANTOS, 2010)<sup>3</sup>.

Também desempenha um papel central na capacitação dos ativistas. Oficinas, palestras e debates são frequentemente utilizados para aprofundar a compreensão dos participantes sobre os desafios enfrentados e as estratégias para superá-los. Além disso, a educação ajuda a desenvolver habilidades de liderança e capacidade de articulação, fortalecendo a eficácia do movimento como um todo (SEVILHA, 2008)<sup>11</sup>.

A tecnologia emergiu como uma poderosa aliada nos movimentos sociais contemporâneos. A disseminação rápida de informações através das redes sociais, blogs e sites permite que as vozes dos movimentos alcancem um público global, construindo solidariedade e conscientização em torno de questões específicas. Além disso, a tecnologia facilita a coordenação e a organização das atividades do movimento. Grupos de ativistas podem se comunicar instantaneamente, coordenar manifestações e campanhas, e compartilhar recursos de forma rápida e eficiente (SAVIANI, 2009)<sup>10</sup>.

No entanto, é essencial destacar que a tecnologia por si só não é uma solução completa. A exclusão digital pode criar divisões dentro das próprias comunidades que os movimentos visam representar. Portanto,

garantir o acesso igualitário à tecnologia e promover a alfabetização digital são desafios cruciais para criar movimentos sociais inclusivos e representativos (SERVILHA, 2008)<sup>11</sup>.

Deste modo a relação entre trabalho, educação e tecnologia nos movimentos sociais é de interdependência. O trabalho voluntário e a luta por condições laborais justas fornecem a base para o ativismo, enquanto a educação empodera os indivíduos e as comunidades, ampliando sua conscientização e capacidade de ação. A tecnologia, por sua vez, expande o alcance e a eficácia desses movimentos, conectando pessoas e causas em escala global. Ao abraçar esses elementos e suas interações, os movimentos sociais têm a capacidade de transformar realidades, lutar contra a desigualdade e promover mudanças positivas para a sociedade como um todo. Com uma abordagem consciente e inclusiva, a convergência de trabalho, educação e tecnologia pode impulsionar um futuro mais justo e equitativo (LIMA, 2013)<sup>2</sup>.

No âmbito dos movimentos sociais, a educação desempenha um papel vital na formação de indivíduos como agentes de mudança e no empoderamento das comunidades. A educação é um catalisador para a conscientização sobre questões sociais, econômicas, políticas e ambientais que afetam as pessoas em suas vidas diárias. Ao fornecer informações e conhecimentos relevantes, os movimentos sociais capacitam os participantes a compreenderem melhor os problemas enfrentados e a identificarem as soluções possíveis (SANTOS, 2010)<sup>3</sup>.

A educação nos movimentos sociais vai além das salas de aula tradicionais. Ela ocorre por meio de oficinas, palestras, debates, atividades de conscientização e compartilhamento de experiências. Essa forma de educação é essencial para ampliar a compreensão dos participantes sobre as raízes dos problemas sociais, destacar as desigualdades existentes e fomentar uma consciência crítica em relação ao status quo (SILVA, 2007)<sup>12</sup>.

Ao adquirirem conhecimentos mais aprofundados, os ativistas podem mobilizar-se de maneira mais eficaz. A educação empodera as pessoas a articularem suas demandas de maneira mais clara e fundamentada, fortalecendo o impacto dos movimentos sociais ao chamar a atenção das autoridades, da sociedade civil e dos meios de comunicação (SOARES, 2005)<sup>9</sup>.

A tecnologia desempenha um papel fundamental na disseminação do conhecimento e da educação nos movimentos sociais. Plataformas digitais, como sites, blogs e redes sociais, oferecem espaços para compartilhar informações, notícias, pesquisas e histórias relevantes. Isso possibilita que as vozes dos movimentos alcancem uma audiência muito maior, rompendo barreiras geográficas e culturais (SANTOS, 2010)<sup>3</sup>.

Ademais, a tecnologia também é usada para criar recursos educacionais acessíveis, como vídeos, infográficos e e-books, tornando o conhecimento mais fácil de ser compreendido e assimilado. Além disso, plataformas de ensino à distância permitem que ativistas e membros das comunidades acessem capacitações e aulas de forma flexível, adequando-se às suas rotinas e necessidades (SEVILHA, 2008)<sup>11</sup>.

A educação também é essencial para a sustentabilidade dos movimentos sociais. À medida que os movimentos evoluem, é fundamental transmitir conhecimentos e valores às novas gerações de ativistas. A transmissão de saberes, experiências e estratégias acumuladas ao longo do tempo garante que o legado dos movimentos seja preservado e que o ativismo continue a crescer em prol de causas justas (SAVIANI, 2009)<sup>10</sup>.

Deste modo no contexto da educação nos movimentos sociais, a interconexão entre trabalho, educação e tecnologia é uma força motriz para a mudança social. A educação capacita indivíduos e comunidades, criando consciência e mobilizando pessoas em torno de questões importantes. A tecnologia potencializa esse processo, tornando a educação mais acessível e permitindo que as vozes dos movimentos alcancem uma audiência global. Assim, a educação dentro dos movimentos sociais é uma ferramenta indispensável para construir uma sociedade mais informada, engajada e justa.

### **Os avanços da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**

O Decreto nº 5.154/2004 instituiu uma nova organização à educação profissional no país, a qual passou a ser desenvolvida por meio de cursos e programas de: a) formação inicial e continuada de trabalhadores; b) educação profissional técnica de nível médio, desenvolvida articuladamente com o ensino médio, de forma integrada, concomitante ou subsequente; e c) educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. (BRASIL, 2004)<sup>13</sup>.

Esse decreto possibilitou a tomada de outras ações para educação profissional integrada ao ensino médio, como a promulgação dos Decretos de nº 5.478/2005 e de nº 5.840/2006, ambos tratando da oferta do PROEJA. Outras medidas importantes que estimularam a educação profissional foram o acordo promovido com o Sistema S (SENAI, SESC, SENAC, SESI, SENAR, SENAT) visando a ampliação de vagas em cursos técnicos e a gratuidade dos serviços de educação ofertados por esse Sistema, e a segunda foi a criação, em dezembro de 2008, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, substituindo os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (BRASIL, 2005)<sup>14</sup>.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), prevista no art. 39 da LDB nº 9394/1996 e alterada pela Lei nº 11.741 de 2008, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia e se desenvolve por meio dos seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou

qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 2008)<sup>15</sup>.

A qualificação profissional deve ser vista como uma via educacional orientada para as necessidades do mercado de trabalho. Dados mostram que os profissionais que passaram pela educação profissional de nível médio, têm salários, em média, 12% (CNI, 2013)<sup>16</sup>. No Brasil, a educação profissional vem se apresentando como políticas de governo, materializadas por meio de projetos e programas, tais como a Reforma da Educação Profissional (2003-2010); o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), de 2005; o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem urbano), de 2005; o Programa Brasil Profissionalizado, de 2007; e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) (BRASIL, 2011)<sup>8</sup>.

### **A importância do PROEJA para a Educação Continuada dos docentes**

De acordo com o Decreto n. 5.840/2006 o PROEJA tem o objetivo de promover o aumento da escolaridade de jovens e adultos por meio da educação básica integrada à educação profissional. Foi originalmente denominado de Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos pelo Decreto n. 5.478/2005, que cria o programa, mas o restringe ao âmbito das instituições federais (BRASIL, 2005;2006)<sup>14 & 17</sup>.

O Decreto n. 5.840/2006 renomeou esse programa como Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, e o programa pode ser articulado ao ensino fundamental ou ao ensino médio e adotado pelas instituições públicas estaduais e municipais e pelas entidades privadas vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”) (BRASIL, 2006)<sup>17</sup>.

Dessa forma sustentado pela Lei n. 9.394/96 (BRASIL, 1996)<sup>18</sup> e pelo Decreto n. 5.154/2004, esse programa tenta romper com a dualidade existente entre o ensino propedêutico (científico) e o ensino técnico, integrando a educação profissional à educação básica com o intuito de fortalecer a formação humana, concedendo aos seus alunos o acesso aos saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos ao mesmo tempo em que os capacita para o mercado de trabalho (BRASIL, 2004)<sup>13</sup>.

A formação continuada integra o desenvolvimento profissional contínuo ao longo da carreira do professor e faz parte do processo de constante busca por atualização e formação complementar. Desse modo integram a trajetória de formação continuada do professor todas as aprendizagens adquiridas através cursos de extensão, cursos de curta duração, semanas de estudos pedagógicos, participação em seminários, congressos, simpósios, oficinas, cursos de pós-graduação stricto ou lato senso e especialmente as aprendizagens decorrentes das experiências que cada profissional vivencia no cotidiano de sua atividade docente (SANTOS, 2010)<sup>3</sup>.

O PROEJA desempenha um papel crucial na valorização dos docentes que atuam na educação de jovens e adultos. Ao oferecer oportunidades de formação específica para a modalidade de EJA, o programa reconhece as necessidades e particularidades desses educadores, que muitas vezes enfrentam desafios distintos em comparação com o ensino regular.

A formação contínua proporcionada pelo PROEJA permite que os docentes aprimorem suas habilidades pedagógicas, conheçam metodologias inovadoras e desenvolvam estratégias para lidar com a diversidade de perfis de alunos encontrados na EJA. Essa valorização dos professores é fundamental para o fortalecimento da carreira docente e para o aperfeiçoamento do ensino oferecido aos alunos adultos.

O PROEJA desempenha um papel importante na promoção de uma educação inclusiva e transformadora. A modalidade EJA atende a jovens e adultos que não tiveram acesso à educação formal ou que desejam retomar seus estudos após um período de afastamento. Esses alunos geralmente trazem experiências de vida diversas e enfrentam desafios particulares ao longo do processo de aprendizagem.

Através de uma formação adequada e sensível, os docentes do PROEJA são capacitados para compreender as especificidades dos alunos adultos, respeitar suas trajetórias de vida e adaptar o ensino de acordo com suas necessidades. Dessa forma, a educação torna-se mais inclusiva, acolhedora e significativa, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e para a promoção da cidadania e da participação social dos alunos. Outra importância do PROEJA para a educação continuada dos docentes é o aperfeiçoamento da prática pedagógica. A formação oferecida pelo programa aborda temas relevantes para a EJA, como a andragogia (ensino para adultos), educação popular, estratégias de motivação e mediação de conflitos em sala de aula.

Ao adquirir novos conhecimentos e habilidades, os docentes podem implementar abordagens mais eficazes para engajar os alunos adultos em suas aprendizagens. Além disso, a reflexão sobre a prática pedagógica e a troca de experiências entre os educadores durante a formação contribuem para um ensino mais qualificado e adaptado à realidade dos estudantes.

O PROEJA desempenha um papel fundamental na educação continuada dos docentes, valorizando os profissionais do ensino e proporcionando uma formação específica e sensível às necessidades da modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Além disso, o programa promove uma educação inclusiva e transformadora, capacitando os docentes para atender às especificidades dos alunos adultos e para tornar o processo de

aprendizagem mais significativo e acolhedor. O aperfeiçoamento da prática pedagógica é outra importante contribuição do PROEJA, fortalecendo a qualidade do ensino e estimulando a participação e o sucesso dos estudantes adultos em suas trajetórias educacionais.

#### **IV. DISCUSSÃO**

##### **A educação no Brasil: influências e marcos legais que moldaram as políticas públicas**

A trajetória da educação no Brasil é marcada por diversas influências históricas e marcos legais que contribuíram para a sua configuração atual. Desde o período colonial até os dias atuais, a educação brasileira tem sido alvo de debates e transformações, buscando garantir o acesso, a qualidade e a equidade do ensino para todos os cidadãos (AZEVEDO & SHIROMA 2012)<sup>19</sup>.

Com a Proclamação da República em 1889, surgiram movimentos educacionais que buscavam a valorização da escola pública, laica e obrigatória. Durante o regime militar (1964-1985), a educação foi alvo de forte controle e censura. O ensino foi utilizado como ferramenta de disseminação da ideologia dos governantes, e houve uma repressão aos movimentos estudantis (AZEVEDO & SHIROMA 2012)<sup>19</sup>. No entanto, nesse período, surgiram iniciativas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1971, que estabeleceu diretrizes para o ensino no país (BRASIL, 1996)<sup>18</sup>.

A Constituição de 1988 trouxe avanços significativos para a educação no Brasil, ao estabelecer a educação como direito de todos e dever do Estado, além de garantir o ensino gratuito em escolas públicas. Também determinou a descentralização do ensino e a participação da sociedade na gestão educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (LDB) consolidou os princípios e normas para a organização da educação brasileira, estabelecendo os níveis e modalidades de ensino, as diretrizes curriculares nacionais e os critérios para financiamento da educação. Além disso, a LDB ressaltou a importância da gestão democrática e da valorização dos profissionais da educação (BRASIL, 1996)<sup>18</sup>.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um documento de longo prazo que estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no país. O PNE mais recente (2014-2024) apresenta 20 metas, incluindo a ampliação do investimento em educação, a universalização do acesso à educação infantil e o aumento da oferta de vagas no ensino superior (BRASIL, 2014)<sup>20</sup>.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica (BRASIL, 2013)<sup>21</sup>. Foi homologada em 2017 e busca nortear a construção dos currículos escolares em todo o país. Diversos programas foram criados com o objetivo de promover a inclusão e o acesso à educação, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo em instituições privadas para estudantes de baixa renda (BRASIL, 2010)<sup>22</sup>.

Embora o Brasil tenha avançado em muitos aspectos em suas políticas públicas de educação, ainda enfrenta desafios como a desigualdade regional, a falta de infraestrutura adequada em algumas escolas, a formação e valorização dos professores, entre outros. Portanto, é essencial que a sociedade continue debatendo e buscando soluções para garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos os brasileiros.

##### **Avanços e transformações na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil passou por profundas mudanças e avanços ao longo das últimas décadas, buscando atender às demandas do mercado de trabalho e promover a qualificação dos trabalhadores. Essa modalidade de ensino desafia o país a se adaptar às rápidas transformações tecnológicas e econômicas, buscando formar profissionais capazes de enfrentar os desafios do mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país (SANTOS, 2010)<sup>3</sup>.

Uma das principais transformações ocorridas na EPT foi a expansão da rede de instituições de ensino técnico e tecnológico. Foram criados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), bem como escolas técnicas estaduais e municipais, ampliando o acesso à educação profissional em diferentes regiões do país. Esse processo permitiu que mais jovens e adultos pudessem ter acesso a uma formação profissional qualificada e alinhada às demandas do mercado de trabalho (MOURA, 2010)<sup>23</sup>.

Outro avanço importante foi a integração da educação profissional com a educação básica, por meio do desenvolvimento dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Essa modalidade de ensino proporciona aos estudantes uma formação completa, que alia a educação geral à qualificação profissional, permitindo uma transição mais fluida entre a educação básica e o ensino superior ou o mercado de trabalho (RAMOS, 2017)<sup>24</sup>.

Desse modo a sociedade brasileira passou a valorizar cada vez mais a formação técnica e tecnológica, reconhecendo a importância desses profissionais para o desenvolvimento do país. Esse processo de valorização resultou em um maior interesse dos jovens por cursos técnicos e tecnológicos, bem como em uma maior abertura de oportunidades no mercado de trabalho para esses profissionais.

A EPT no Brasil também tem se destacado por seus avanços em pesquisa e inovação. Os Institutos Federais e outras instituições de ensino técnico têm promovido o desenvolvimento de pesquisas aplicadas e projetos de inovação tecnológica, estabelecendo parcerias com empresas e órgãos governamentais. Essa

integração entre a educação profissional e o setor produtivo tem contribuído para o desenvolvimento de tecnologias e soluções inovadoras, impulsionando a competitividade e a sustentabilidade da economia brasileira (MOURA, 2010)<sup>23</sup>.

## V. CONCLUSÃO

### **O PROEJA e suas contribuições para a inclusão social e redução das desigualdades educacionais no Brasil**

O PROEJA desempenhou um papel fundamental na inclusão de jovens e adultos que, por diferentes motivos, tiveram sua educação interrompida ou não tiveram a oportunidade de frequentar a escola em idade regular. (SOARES, 2005)<sup>9</sup>. Essa modalidade de ensino busca resgatar o direito à educação de indivíduos que, muitas vezes, foram excluídos do sistema educacional e, por consequência, do mercado de trabalho e de outras oportunidades sociais. O programa permite que jovens e adultos, muitas vezes trabalhadores ou responsáveis por famílias, possam conciliar a busca por uma formação profissional com a conclusão da educação básica. Essa abordagem integrada é essencial para garantir que os estudantes adquiram conhecimentos teóricos e práticos, bem como habilidades que os tornem mais preparados para o mundo do trabalho e para a cidadania plena (SILVA, 2007)<sup>12</sup>.

A oferta do PROEJA tem sido uma importante estratégia para reduzir as desigualdades educacionais que historicamente afetam o Brasil. A modalidade regular de ensino, muitas vezes, não atende adequadamente às necessidades de jovens e adultos que precisam trabalhar para sustentar suas famílias, por exemplo. Com o PROEJA, esses indivíduos têm a oportunidade de estudar em horários flexíveis, o que possibilita a conciliação das responsabilidades cotidianas com a formação educacional (RAMOS, 2017)<sup>24</sup>.

Além disso, o programa tem se preocupado em garantir o acesso a uma educação de qualidade, oferecendo infraestrutura adequada, corpo docente qualificado e currículos que dialogam com as demandas do mercado de trabalho. Dessa forma, o PROEJA busca romper com a lógica de que a educação profissional é destinada apenas aos que não têm condições de acessar o ensino superior, valorizando a formação técnica e tecnológica como uma via igualmente relevante para a construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida (SANTOS, 2010)<sup>3</sup>.

Outra contribuição importante do PROEJA é o impacto positivo na empregabilidade dos seus egressos. Ao ofertar uma formação profissional aliada à conclusão da educação básica, o programa qualifica os estudantes para atender às demandas do mercado de trabalho, tornando-os mais competitivos e preparados para ocupar posições no setor produtivo. Isso gera uma inserção mais rápida e assertiva desses indivíduos no mundo do trabalho, o que contribui para a sua independência financeira e para a melhoria das condições socioeconômicas de suas famílias (RAMOS, 2017)<sup>12</sup>.

## Referências

- [1]. MARCONI M.A.; LAKATOS E.V. Fundamentos De Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2003.
- [2]. LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação De Políticas Públicas: Perspectivas Analíticas. Revista De Sociologia E Política. V. 21, Nº 48: 101-110 Dez. 2013.
- [3]. SANTOS, Maria Das Graças Dos. Políticas Públicas: Contribuições Para O Debate. In: KANAANE, Roberto; FILHO, Alécio Fiel; FERREIRA, Maria Das Graças (Orgs.). Gestão Pública: Planejamento, Processos, Sistemas De Informações E Pessoas. São Paulo: Atlas, 2010, P. 3-15
- [4]. ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação De Jovens E Adultos: Um Campo De Direitos E De Responsabilidade Pública. In: Diálogos Na Educação De Jovens E Adultos. Belo Horizonte, 1 Ed. Autêntica, 2005.
- [5]. PAIVA, José Maria De. Educação Jesuítica No Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes De; VEIGA, Cynthia Greiva. 500 Anos De Educação No Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- [6]. DIPIERRO, Maria Clara. Contribuições Do I Seminário Nacional De Formação De Educadores De Jovens E Adultos. In: SOARES, Leôncio (Org.). Formação De Educadores De Jovens E Adultos. Belo Horizonte, MG. Autêntica/SECADMEC/UNESCO, 2006.
- [7]. AZEVEDO, Fernando De. A Cultura Brasileira: Introdução Ao Estudo Da Cultura No Brasil. 6. Ed. Rio De Janeiro: UFRJ, 1996.
- [8]. BRASIL. Decreto Nº 7.589, De 26 De Outubro De 2011. Institui A Rede E-Tec Brasil. Diário Oficial Da União, Brasília, 2011.
- [9]. SOARES, Leôncio. Do Direito À Educação À Formação Do Educador De Jovens E Adultos. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. Amélia E GOMES, Nilma Lino. Diálogos Na Educação De Jovens E Adultos. Belo Horizonte, 1 Ed. Autêntica, 2005.
- [10]. SAVIANI D. Formação De Professores: Aspectos Históricos E Teóricos Do Problema No Contexto Brasileiro. Revista Brasileira De Educação V. 14 N. 40 Jan./Abr. 2009
- [11]. SERVILLEHA E.A.M; ARBACH M.P. Queixas De Saúde Em Professores Universitários E Sua Relação Com Fatores De Risco Presentes Na Organização Do Trabalho. Distúrb Comun, São Paulo, 23(2): 181-191, Agosto, 2011.
- [12]. SILVA, Amélia Cristina Reis; BARACHO, Maria Das Graças (Orgs.). Formação De Educadores Para O PROEJA: Intervir Para Integrar. Natal: Ed. CEFET-RN, 2007. 165p.
- [13]. BRASIL. Ministério Da Educação, Secretaria De Educação Profissional E Tecnológica. Pacto Pela Valorização Da Educação Profissional E Tecnológica. Por Uma Profissionalização Sustentável. Brasília, 2004.
- [14]. BRASIL. Ministério Da Educação, Secretaria De Educação Profissional E Tecnológica. Projeto Escola De Fábrica. Brasília, 2005.
- [15]. BRASIL. Lei N. 11.892, De 29 De Dezembro De 2008. Institui A Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica, Cria Os Institutos Federais De Educação, Ciência E Tecnologia, E Dá Outras Providências, Diário Oficial Da União, Brasília, 2008.
- [16]. CNI. Confederação Nacional Da Indústria Mapa Estratégico Da Indústria 2013-2022. – Brasília: CNI, 2013.
- [17]. BRASIL, Decreto Nº 5.840, De 23 De Julho De 2006. Institui, No Âmbito Federal, O Programa De Integração Da Educação Profissional Com A Educação Básica Na Modalidade De Educação De Jovens E Adultos – PROEJA. Brasília: 2006.
- [18]. BRASIL. Lei Nº 9.394 De 20 De Dezembro De 1996. Estabelece As Diretrizes E Bases Da Educação Nacional.

- [19]. AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As Políticas Públicas Para A Educação Profissional E Tecnológica: Sucessivas Reformas Para Atender A Quem? B. Téc. Senac: A R. Educ. Prof., Rio De Janeiro, V. 38, Nº 2, Maio/Agosto 2012.
- [20]. BRASIL. Lei Nº 13.005, De 25 De Junho De 2014.
- [21]. BRASIL. Ministério Da Educação. INEP. Censo Da Educação Superior/2013.
- [22]. BRASIL, Portaria No- 2.346, De 21 De Dezembro De 2010
- [23]. MOURA, D. H. Ensino Médio E Educação Profissional: Dualidade Histórica E Possibilidades De Integração. In: MOLL, Jaqueline Et Al. Educação Profissional E Tecnológica No Brasil Contemporâneo: Desafios, Tensões E Possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- [24]. RAMOS, M. N. Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas E Resistências Em Tempos De Regressão. In: ARAÚJO, A. C.; SILVA, N. N. Ensino Médio Integrado: Fundamentos, Práticas E Desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017.